ENERGIA DOS VENTOS
geração de energia

Alupar

Energia dos Ventos I S.A.

CNPJ nº 15.321.064/0001-61

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 — (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/17	31/12/16
Ativo circulante		**7.005**	**4.774**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.465	354
Títulos e valores mobiliários	6	3.298	2.871
Contas a receber de clientes	7	1.137	1.317
Impostos a recuperar		15	207
Outros ativos		1.090	25
Não circulante		**110.518**	**109.660**
Imobilizado	8	110.411	109.549
Intangível		107	111
Total do ativo		**117.523**	**114.434**

	Nota	31/12/17	31/12/16
Passivo circulante		**3.140**	**15.211**
Empréstimos e financiamentos	9	2.249	2.099
Fornecedores	10	351	12.327
Salários, férias e encargos sociais		33	41
Impostos e contribuições sociais a recolher		170	74
Provisões de constituição de ativos	11	277	669
Outros passivos		60	1
Não circulante		**71.495**	**55.825**
Empréstimos e financiamentos	9	54.339	55.825
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.1	17.156	–
Patrimônio líquido		**42.888**	**43.398**
Capital social	14	47.831	47.831
Prejuízo acumulado		(4.943)	(4.433)
Passivo e patrimônio líquido		**117.523**	**114.434**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 — (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**22.831**	**(175)**	**22.656**
Integralização de capital	25.000	–	25.000
Prejuízo do exercício	–	(4.258)	(4.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**47.831**	**(4.433)**	**43.398**
Prejuízo do exercício	–	(510)	(510)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**47.831**	**(4.943)**	**42.888**

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 — (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida	15	**11.003**	**11.024**
Custos operacionais	16	**(4.963)**	**(10.721)**
Compra de energia elétrica		–	(7.879)
Custos dos serviços prestados		(790)	(408)
Depreciação e amortização		(4.173)	(2.434)
Lucro bruto		**6.040**	**303**
(Despesas) Receitas operacionais	16	**(900)**	**(520)**
Administrativas e gerais		(851)	(398)
Depreciação e amortização		(4)	(2)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(45)	(120)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**5.140**	**(217)**
Despesas financeiras	17	(5.558)	(4.100)
Receitas financeiras	17	371	621
		(5.187)	**(3.479)**
Prejuízo antes do IR e da CS		**(47)**	**(3.696)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(463)	(562)
Prejuízo do exercício		**(510)**	**(4.258)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 — (Em milhares de reais)

	31/12/17	31/12/16
Prejuízo do exercício	**(510)**	**(4.258)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(510)**	**(4.258)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 — (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/17	31/12/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(510)	(4.258)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		4.177	2.436
Encargos de dívidas		5.122	7.640
Receita de aplicações financeiras		(288)	(99)
Atualização monetária - Impostos a recuperar		(50)	–
Despesa de IR e CS	18	463	562
Baixa do ativo imobilizado	7	4	–
		8.918	**6.281**
(Aumento) redução no ativo		**(803)**	**(1.537)**
Contas a receber de clientes		180	(1.317)
Impostos a recuperar		82	(195)
Outros ativos		(1.065)	(25)
Aumento (redução) no passivo		**(12.397)**	**(13.934)**
Fornecedores		(12.081)	(13.926)
Salários, férias e encargos sociais		(8)	(3)
Impostos e contribuições sociais a recolher		25	(6)
Provisões de constituição de ativos		(392)	–
Outros passivos circulantes		59	1
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(232)	(385)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(4.514)**	**(9.575)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de investimentos		45	10
Aplicações em investimentos		(184)	(2.782)
Adições no imobilizado	7	(4.934)	(8.918)
Adições no intangível		–	(58)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(5.073)**	**(11.748)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
AFAC - partes relacionadas		17.156	25.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados		(25)	73.882
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento		(6.433)	(73.416)
Mútuos concedidos - partes relacionadas		–	2.000
Mútuos recebidos - partes relacionadas		–	(5.825)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		**10.698**	**21.641**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.111**	**318**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	5	354	36
Saldo no final do exercício	5	1.465	354
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.111**	**318**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos I S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter onze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 23.100 kW de capacidade instalada e 11.952 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.649, de 23 de fevereiro de 2016. Vinculada à autorização dada à Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA. A Companhia é controlada diretamente pela Windepar Holding S.A. ("Windepar"). **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 1.327 de 19 de maio de 2016 da ANEEL, a EOL Goiabeira foi liberada como apta à operação comercial a partir de 22 de abril de 2016. **Implantação da linha de transmissão:** Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda., responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração - ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV da EOL Goiabeira; II) aprova a alteração do ponto de conexão da EOL Goiabeira para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que a EOL Goiabeira e as EOL Ubatuba, EOL Santa Catarina, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta razão, a Companhia está desobrigada da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada. Buscando compensar a EOL Goiabeira e as demais empresas citadas acima pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035. A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 07 de março de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. ***3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. ***3.1.2 Contas a receber de clientes:*** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:*** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de outros ativos financeiros:*** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. A Companhia não identificou qualquer indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. ***3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:*** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.6 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.7 Tributação:** ***3.7.1 Impostos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; E também: • Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica. ***3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. **3.10 Reconhecimento da receita:** ***3.10.1 Receita de geração de energia elétrica:*** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. ***3.10.2 Receitas financeiras e despesas financeiras:*** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotá-los de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Refere-se à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita. Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 48/IFRS 9 - Instrumetnos - Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/17	31/12/16
Caixa e equivalentes de caixa	**1.465**	**354**
Numerário disponível	1.061	7
Aplicações financeiras	404	347

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 85% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017, mesma média apresentada em 31 de dezembro de 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/17	31/12/16
Títulos e valores mobiliários	**3.298**	**2.871**

Refere-se às garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média, de 70% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/17	31/12/16
Suprimento de energia elétrica	**1.137**	**1.317**

8. IMOBILIZADO

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico.

Em serviço	Taxa	31/12/16	Adições	Baixas	31/12/17
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	591	–	–	591
Máquinas e equipamentos	4%	111.328	82	–	111.410
Móveis e utensílios	6%	12	–	–	12
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		4	–	(4)	–
Móveis e utensílios		43	–	–	43
Sistema de conexão e transmissão		5	4.957	–	4.962
Total do custo do imobilizado		**111.983**	**5.039**	**(4)**	**117.018**
Depreciação		**(2.434)**	**(4.173)**	**–**	**(6.607)**
Edificações, obras civis e benfeitorias		(11)	(20)	–	(31)
Máquinas e equipamentos		(2.423)	(4.152)	–	(6.575)
Móveis e utensílios		–	(1)	–	(1)
Total do imobilizado líquido		**109.549**	**866**	**(4)**	**110.411**

(1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
(2) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante a implantação do empreendimento, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 10 (Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas).

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições financeiras/ credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante: Encargos	Circulante: Principal	Circulante 31/12/17	Circulante 31/12/16	Não circulante - Principal 31/12/17	Não circulante - Principal 31/12/16
BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	185	2.064	2.249	2.099	54.339	55.825

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A., Energia dos Ventos X S.A. e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R$ 57.990, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032. O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2017 o ICSD Consolidado foi cumprido. As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2019	2020	2021	2022	Após 2022	Dívida Total
2.259	2.444	2.645	2.860	44.131	54.339

10. FORNECEDORES

	31/12/17	31/12/16
Materiais e Serviços	351	12.327
	351	**12.327**

11. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

As provisões de constituição de ativos no montante de R$ 277 e R$ 669 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações com partes relacionadas: Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Passivo não circulante	31/12/17	31/12/16
AFAC - Windepar Holding S.A.	17.156	–
	17.156	**–**
Demonstrações do resultado	**–**	**(7.879)**
Compra de energia - Ferreira Gomes Energia S.A.	–	(7.879)

A Companhia necessitou de recursos oriundos da acionista Windepar Holding S.A.. Entre janeiro e dezembro de 2017 foram recebidos R$ 17.156. **13.2 Garantias: Empresa garantidora - Data de autorização - Órgão autorizador - Contrato - Garantia - Início de contrato - Encerramento do contrato - Valor do contrato - Saldo - devedor de contrato em 31/12/17:** Alupar/ Windepar, 14/12/2015, Conselho de Administração, Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1, Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa, 11/02/2016, 15/10/2032, 57.990, 56.613. **13.3 Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser paga aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	31/12/17	31/12/16
Benefícios de curto prazo (a)	45	120
Total	**45**	**120**

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$ 47.831 dividido em 47.830.836 (quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e trinta e seis) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2017 e 2016 Ordinárias	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Windepar Holding S.A.	47.830.835	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	47.830.836	100,00

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/17	31/12/16
Receita bruta	11.531	11.398
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	11.531	11.398
Deduções	(528)	(374)
PIS	(76)	(66)
COFINS	(351)	(308)
TFSEE	(101)	–
Receita operacional líquida	**11.003**	**11.024**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/17 Custos	31/12/17 Despesas	31/12/16 Custos	31/12/16 Despesas
Custos não gerenciáveis	**(12)**	**–**	**(10)**	**–**
Doações, contribuições	(12)	–	(10)	–
Custos gerenciáveis	**(778)**	**(896)**	**(8.277)**	**(518)**
Energia comprada para revenda	–	–	(7.879)	–
Seguros	33	–	(11)	–
Aluguéis	(183)	(69)	(100)	(37)
Pessoal	(167)	(579)	(102)	(253)
Honorários da diretoria e conselho	–	(45)	–	(120)
Material	(54)	(21)	(30)	(12)
Serviços de terceiros	(399)	(152)	(155)	(78)
Outros	(8)	(30)	–	(18)
Depreciação e amortização	**(4.173)**	**(4)**	**(2.334)**	**(2)**
	(4.963)	**(900)**	**(10.721)**	**(520)**

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs estabelecem obrigatoriedade de venda de energia a partir de 01 de janeiro de 2016; tendo em vista que a Companhia foi liberada como apta à operação comercial apenas em 22 de maio de 2016, a Companhia necessitou arcar com custos de compra de energia elétrica para revenda em 2016, para cumprir as cláusulas estabelecidas em contrato de venda de energia.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/17	31/12/16
Receitas financeiras	**371**	**621**
Receita de aplicações financeiras	321	620
Outros	50	1
Despesas financeiras	**(5.558)**	**(4.100)**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.122)	(3.659)
Outros	(436)	(441)
Total líquido	**(5.187)**	**(3.479)**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	31/12/17 IR	31/12/17 CS	31/12/16 IR	31/12/16 CS
Recebimento e CCEE	**11.715**	**11.715**	**10.080**	**10.080**
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	937	**1.406**	**806**	**1.210**
Receita financeira	371	371	805	805
	1.308	**1.777**	**1.611**	**2.015**
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	–	10%	–
	303	**160**	**379**	**181**
Outros ajustes	–	–	2	–
Total dos tributos correntes	**303**	**160**	**381**	**181**
Alíquota efetiva	**3,95%**		**5,58%**	

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **19.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como Nível II os títulos e valores mobiliários e os equivalentes de caixa